



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS - SDH
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DO IDOSO - CNDI

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA - CNDI

Dia: 28 de agosto de 2014, na SDH-PR, Brasília.

Constou nos registros como 71ª Reunião

Resumo Executivo

Conselheiros Governamentais	Conselheiros da Sociedade Civil
01- Patrícia Barcelos (Presidente empossada CNDI) 02- Marco Antônio Juliatto (SDH-PR) 03- Antonio Lídio de Mattos Zambon (MEC) 04- Maria Cristina Correa Hoffmann (MS) 05- Emmanuel de Araújo Dantas (MPS) 06- Luciana Gill Barbosa (MCID) 07- Rafaela Lehmann 08- Evandro Macedo (MPOG) 09- Camila Salvador Cipriano (MDS) 10- Renan Alves Viana Aragão (MDS) 11- Daniel da Rocha Franco (MTE) 12- M. Cristianna B. Carneiro (MTE) 13- João Luiz Andrade Filho (MCTI)	01- Cláudia C. C. Hernandez (Pastoral Pessoa Idosa) 02- Joana de Oliveira Scerne (ABRAZ) 03- Jurilza M.B. Mendonça (CFESS) 04- Vitória Góes de Araújo (CFESS) 05- Yelena de Fátima Monteiro de Araújo (AMPID) 06- Adriana Zorub Fonte Feal (OAB) 07- Luiz Legnani (COBAP) 08- Rita de Cassia Gonzaga Martorelli (SESC) 09- Freddy Alejandro S. Antunes (ANADEP) 10- Emídio Rebelo Filho (OAB) 11- Paula Regina de O. Ribeiro (Vice-presidente do CNDI) e (ANADEP)
Estrutura: 01- Ana Lúcia da Silva (Secret. Executiva CNDI) 03- Claudia Americano (Asses. Técnica-Unesco) 04- Simone Darc da Silva (Apoio)	Convidados: 01- Neusa Pivatto Müller (Coord. Geral Polít. Idoso) 02- Ana Lúcia Starling (MPOG) 02- Bráulio Cerqueira (MPOG) 03- Raquel Ribeiro (PFDC – MPF) 04- Daniel Pitangueira de Avelino (SG-PR) 05- Marcelo Pires Mendonça (SG-PR)

Posse da Atual Presidenta do CNDI Patrícia Barcelos

Abertura do evento com a palavra da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República Ideli Salvatti:

Anuncia a entrada de recursos para viabilizar as ações e que já arrecadou R\$4.713.318,80 para este ano. Estas são as contribuições/destinações para o Fundo e que é um valor significativo, comparado com anos anteriores, teve um crescimento

muito considerável, ultrapassou totalizando a casa dos quase R\$6.500.000,00, é uma realidade bastante promissora, inclusive de continuar com as atividades, no sentido de fazer com que o FNI possa ter recursos cada vez mais crescentes para trabalhar adequadamente com as atividades nas Políticas Públicas para a população idosa do nosso país.

Informa que teve uma reunião com o Ministro Ricardo Lewandowski (STF), onde foi apresentado a preocupação com o aumento das curatelas e das interdições e nos casos concretos e visíveis pelo país, onde essas questões da interdição e da curatela estão se transformando num proveitoso negócio, tendo em vista pessoas com um volume significativo de curatelas e numa situação que indica de forma muito forte de que há uma indução de interditar, e internar e a curatela para quem está com a prerrogativa de administrar a parte financeira da pessoa, acaba se apropriando, se aproveitando e levando a uma situação que pode gerar maus tratos, abandonos, não tratamento digno como já observou em algumas situações.

- O Ministro Ricardo Lewandowski (STF) irá determinar as providencias junto ao Judiciário para ser verificado estas questões.
- Sinaliza de pronto ter o grupo de trabalho instalado o mais rapidamente possível para realizar a análise e encaminhamentos do que pode e precisa ser feito a fim de evitar que isto se dissemine ainda mais.
- Discorre da importância de incorporar, integrar a discussão de acessibilidade as duas áreas, da pessoa com deficiência e da pessoa idosa.

A questão de acessibilidade vem sendo demandadas e interessam cada vez mais uma parcela maior da população. Este assunto é voltado para a intersectoriedade, na política dos dois Conselhos: da Pessoa Idosa e da Pessoa com Deficiência.

Demanda relevante no pleito da acessibilidade, sugeridos pela Ministra Ideli Salvatti:

- Ter o semáforo ou farol, com mais tempo, possibilitando a travessia seguras das pessoas com limitações;
- Programas que envolvam e prestem informações a pessoa idosa, pessoa que tenha dificuldade visual, dificuldade de locomoção;
- Ter nos pontos de ônibus folhetos, cartilhas que orientem a população sobre essas temáticas;

- Fazer a integração dos dois conselhos com debates e encaminhamento no tema acessibilidade.

É chegado um período de até o final do ano de bastante trabalho ainda e aonde pode ter avanços significativos;

- A questão de recurso,

- Disposição do Ministro Ricardo Lewandowski (STF), na questão da curatela e da interdição;

- Favorecer a acessibilidade, somar esforços, é uma pauta importante, é onde tem muito para avançar.

Conselheira Paula Ribeiro – No exercício da Presidência do CNDI.

Observa sobre a importância da temática acessibilidade, abordada pela Ministra Ideli Salvatti.

- Indica a já se tem trabalhado nesse sentido, da intersetorialidade, de estreitamento desses contatos, pensando em reuniões articuladas e conjuntas com os demais conselhos para se tratar exatamente desses pontos comuns tanto à pessoa com deficiência quanto a pessoa idosa.

A Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos a Sra Ideli Salvatti

Confere a posse a Patrícia Barcelos e diz que há pouco tempo para Patrícia assumir e encaminhar já algumas questões importantes a serem executadas, de fazer avançar, para dar ao encerramento de 2014 um saldo positivo para as políticas públicas da população idosa.

Bráulio Cerqueira (Representando o MPOG):

Apresenta os resultados dos modelos de desenvolvimento implantado sendo chamado de Modelo de Desenvolvimento Inclusivo. Os resultados do desenvolvimento brasileiro nos últimos anos depois da Constituição de 1988 e principalmente nos últimos 10 anos, vêm apontando um processo inequívoco de inclusão social, é o grande desafio da Sociedade Brasileira e palavras finais sobre perspectivas do desenvolvimento com inclusão.

Yélena Monteiro de Araújo (AMPID):

Indaga sobre a taxa de analfabetismo, e questiona:

Qual é esta taxa em referência a outro segmento?

Tem-se conhecimento que a maior taxa em todos os segmentos etários, mas cadê a demonstração? Qual é a diferença de grau de uma para outra?

Expõe que achou extremamente útil o material apresentado, porém *ressalva* que precisa também que seja instrumento de fortalecimento de reivindicação, pela luta de percepção dentro do conjunto total.

Marco Antônio Juliatto (Diretor de Promoção dos Direitos Humanos – SDH)

Parabeniza a ação do Ministério do Planejamento, e aponta que essa Agenda Transversal veio em uma boa oportunidade para que o próprio Governo se articule, se estruture no cuidado e no monitoramento do PPA.

Aponta que:

- Existem outros esforços do Governo como a mesa de monitoramentos das reivindicações sociais;
- Acompanhamento de perto das demandas que advém da Sociedade Civil e de vários outros segmentos para o Governo Federal a atingir todas as pautas;
- Ressalta sobre a questão dos Fóruns Interconselhos e a SDH por ser o órgão que possui mais conselhos e mais comitês nacionais carece ter um cuidado maior com as questões do monitoramento;
- Fala da publicação de setembro do ano passado do compromisso nacional para o envelhecimento ativo. Indica que a Coordenadora Neusa Pivatto Muller que coordena esse comitê, recepciona e acompanha as agendas e atividades que vem sendo desenvolvidas por todos os Ministérios que fazem parte daquele compromisso e o que se produziu nesses últimos meses.
- Discorre sobre o material compilado de cada Ministério com as ações que efetivamente foram desenvolvidas por cada Ministério na Agenda da Pessoa Idosa e que foi apresentado em Porto Alegre-RS;

- Destaca que precisa aproximar esse material ao monitoramento das agendas e políticas sociais para as ações que o governo e cada um dos Ministérios vem desenvolvendo possam estar alinhadas, resultando em detalhamento das execuções especificamente no tema da Pessoa Idosa.
- Sugere a colaboração nesse recorte da Agenda Transversal e informativo para a sociedade da questão. É importante a aproximação das pautas que vem desenvolvida na Secretaria de Direitos Humanos. Sendo esta uma secretaria transversal ela cobra muito que os Ministérios apresentem os resultados e essas ações de apresentação se deram nas últimas seis ou sete reuniões do compromisso e já se tem o resultado que pode ser compartilhado e apresentado.
- Propõe agregar informações com o Ministério do Planejamento para elucidar, ajudar a clarear, transmitindo melhor essas informações.

Ana Lúcia Starling (Diretora de Temas Sociais da Secretaria de Planejamento e Investimento Estratégico do Ministério do Planejamento):

Encaminhamentos:

- Propõe comunicar com o Evandro Macedo a data para uma reunião de aproximação das informações, pensando nas diretrizes para o próximo PPA de 2016-2019, que já vem sendo trabalhado na SPI e também incitar o fortalecimento tanto do Relatório de Monitoramento, quanto do Sumário Executivo.

Antônio Lídio de Mattos Zambon (MEC):

Faz uma explanação sobre o Programa “Brasil Alfabetizado”, incluso no Sistema Brasil Alfabetizado – SBA, onde seus executores informam sobre a situação final. O Conselheiro detalha o passo-a-passo das informações que podem ser coletadas e consecutivamente complementadas por outro sistema paralelo que o SISREL – Sistema de Relatório onde se encontra um nível de detalhamento, de modo a adicionar e complementar os dados necessários.

Patrícia Barcelos (Presidenta do CNDI):

- Solicita ao Conselheiro Antônio Lídio trazer na próxima reunião, informações de dados coletadas do SISREL – Sistema de Relatório para complementação a apresentação do Sr. Braulio (MPOG).

Marco Antônio Juliatto (Diretor de Promoção dos Direitos Humanos – SDH):

Fez esclarecimentos acerca da proposta da Secretaria de Direitos Humanos de realizar as conferências conjuntas, onde já havia sido criado um grupo de trabalho na SDH, composto por representantes da Secretaria Executiva e das demais Secretarias. Diante do desenho já exposto, convencionando que na semana de 07 a 12 de dezembro de 2015 consiga em três dias realizar as conferências temáticas paralelas, ocorrendo o encerramento dessas quatro conferências temáticas na noite da quarta-feira, neste mesmo momento se faria a abertura da Conferência Nacional dos Direitos Humanos e o encerramento dela na noite da sexta-feira.

Houve informes das últimas negociações que foram feitas a posterior daquela reunião que alguns membros da Diretoria Ampliada participaram e para fazer os últimos relatos acerca do alinhamento sobre a decisão final, compondo os encaminhamentos em relação à Conferência.

Paula Ribeiro (ANADEP):

- Sugere que seja ponderado, avaliado, incluindo a necessidade de começar a ter uma articulação com os demais conselhos, discutir a temática do Idoso, no seguimento Mulher, no seguimento LGBT, no seguimento pessoa com deficiência e de se tentar vislumbrar qual seu alcance e repercussão. Considerando a mudança de paradigma, não apenas enquanto CNDI, pois é inovador para todos os conselhos, será uma construção coletiva com a participação de todos os conselhos na realização da metodologia de como será realizada e desenhada esta conferência a partir desse cenário que já foi apresentado pelo Marco Antônio Juliatto.

Patrícia Barcelos (Presidenta do CNDI):

Faz a leitura do Ofício nº A05, que a Secretaria Executiva da SDH emitiu a todos os conselhos nacionais: CONANDA, CNDI, CONADE, LGBT e ao CNDH – novo Conselho Nacional dos Direitos Humanos. Assunto: Conferências Nacionais Conjuntas

Patrícia Barcelos (Presidenta do CNDI):

Colocou em regime de votação, votando só os titulares estando os titulares e suplentes. Sendo as proposições:

“Quem é favorável na proposta de integração das conferências?”;

- São 11 favoráveis a proposta.

“Quem é contrário a proposta de integração das conferências?”.

- São 07 os contrários a proposta.

Resultado: Aprovada a integração das conferências.

No período da tarde estava presentes dois convidados para apresentar e debater o Decreto 8.243 de 23 de maio de 2014, que institui a Política de Participação Social e o Sistema de Participação Social.

Representando a Secretaria Geral da Presidência da República:

- Daniel Pitangueira Avelino
- Marcelo Pires Mendonça

Dr Emídio Rebelo Filho - OAB (Substituindo a Presidenta Patrícia Barcelos)

encaminha que seja colocada à votação a forma de abordagem do Decreto 8.243 de 23 de maio de 2014, que diz respeito à Política de Participação Social e o Sistema de Participação Social, com a restrição, com as recomendações feitas pela Conselheira Yélena, anteriormente;

- Foi aprovado por unanimidade.
- Sem voto contra e sem abstenção.

Marco Antônio Juliatto (Diretor de Promoção dos Direitos Humanos – SDH – Suplente):

- Encaminha que as conselheiras e os conselheiros que têm interesse na propositura de recomendações e estudos do Decreto 8.243 de 23 de maio de 2014, como foram apresentados nesta reunião, enviem a Coordenação do Conselho que será submetido à Secretaria Geral da Presidência da República:

Claudia_CNDI-SDH/PR

Encaminhamentos da Comissão Permanente de Articulação com Conselhos e Comunicação Social

Luiz Legnãni (COBAP): Foram evidenciados os seguintes tópicos:

- A Secretaria do CNDI deve preparar Ofício solicitando aos Conselhos Estaduais e Municipais do Idoso atualizar seus cadastros com os nomes, telefones, e-mails, endereços dos seus representantes em cada Estado e seus Municípios;
- Necessidade urgente de Curso de Capacitação dos Conselheiros, com duração mínima de três dias e de modo descentralizado;
- O CNDI deve elaborar um Plano de Capacitação. Iniciando-se pelas regiões norte e nordeste, utilizando o recurso do Fundo (FNI) já recebido, podendo ainda montar parcerias com as Universidades;
- Sugere que os Conselheiros Estaduais se articulem e discutam em cima das deliberações da última Conferência e façam um balanço do que foi proposto e realizado até o momento;
- Seja recomendado aos Conselhos Estaduais que façam contato com os Parlamentares de seus Estados e que estes proponham aos seus presidentes, a inclusão de uma agenda que verse sobre os direitos da pessoa idosa;
- Que o Conselho Nacional (CNDI) encaminhe um ofício em caráter emergencial aos Conselhos Estaduais com informações acerca da IV Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa. Então que o CNDI possa encaminhar isso logo.

Encaminhamentos Comissão de Políticas Públicas Orçamento e Financiamento

Jurilza Mendonça (CFESS):

- Acordado depois da Reunião da Diretoria Ampliada, que todas as Comissões devem confeccionar relatório, para integrar ao relatório geral da atual gestão a ser entregue até o dia doze de setembro, com os seguintes itens: - composição da comissão; participação dos conselheiros; - assuntos e temas tratados; - resultados; - encaminhamentos e – sugestões.
- Convencionou-se que cada integrante resgatasse o histórico de registro em cada órgão e depois seria feita uma consolidação, percebeu-se que na

Comissão de Políticas em especial houve algumas mudança de representação e isso interferiu na continuidade do trabalho.

- Articular os trabalhos para que a conferência conjunta aconteça da melhor forma possível dentro desse novo desenho, garantindo que as deliberações, os espaços de divulgação, participação na comissão de organização e definição de metodologia e estrutura, número de delegados sejam distribuídos de forma equitativos.
- Foi identificado na Pasta desta Comissão, um documento contendo uma Solicitação do CONANDA sobre a existência de um Plano de Comunicação deste Conselho. Sugerimos requisitar que a comissão de comunicação informe sobre o Plano de Comunicação do CNDI e propõe a realização de uma integração nos Planos de Comunicação dos diferentes conselhos.

Antônio Lídio de Mattos Zambon (MEC):

- Expões sobre a questão da comunicação e o que já foi debatido, assinala a importância de socializar, encaminhar a todos os Conselhos aquilo que está sendo deliberado;
- Ver o pessoal responsável pela comunicação e fazer esta articulação, já iniciando a transversalidade e os demais contatos.

Comissão do Fundo Nacional do Idoso

Yélena Monteiro de Araújo (Representando a AMPID):

Introdução:

Proposição sobre o Decreto nº 8.243, de 23 de maio de 2014 que institui a Política de Participação Social – PNPS e o Sistema de Participação Social- SNPS; b) Apresentação do aplicativo de monitoramento que possibilitará a sociedade civil acompanhar as ações das Agendas Transversais do PPA 2012/2015; c) IV Conferência Nacional da Pessoa Idosa; d) Eleição CNDI – Biênio: 2014/2015.

Encaminhamentos:

- Requer informações à SDH sobre os produtos de responsabilidade da consultora Sandra Morato, contratada mediante edital;
- Registramos que não divulgaram acerca da execução das deliberações da última reunião do CNDI, com exceção a solicitação de informações à Coordenação-Geral de Acompanhamento de Programas da SNPDDH/SDH/PR.

- O conselheiro Daniel destacou que o PRONATEC dispõe de cursos capacitação de cuidadores de idosos, não sendo adequada a aprovação no futuro de projetos que prevejam tal treinamento acrescenta, ainda, que os municípios que não dispõem de PRONATEC podem demandar ao Ministério da Educação.
- Também se discutiu o despacho da Coordenação-Geral de Acompanhamento de Programas da SNPDDH/SDH/PR, posto pertinência precípua com as atribuições desta comissão;

1) o despacho encaminhou informações referentes aos convênios 2012 e 2013, contudo não registrou a razão, nem quem autorizou a prorrogação dos convênios, quanto aos de 2014, não fez menção ao andamento, apenas disse que nenhum convênio foi firmado;

2) a coordenação ressaltou que não tem responsabilidade sobre a definição de prorrogação de convênios, cabendo a área temática. Ante o exposto, a comissão vem sugerir que o CNDI peça que à SDH que instaure procedimento administrativo para apurar quem está recebendo as informações da Coordenação-Geral de Acompanhamento de Programas da SNPDDH/SDH/PR, quem está decidindo sobre as prorrogações dos convênios, em desacordo com art. 4º da lei 12.213/2010.

A Conselheira Yélena faz as seguintes considerações e ponderações, ao ler a Ata da Comissão do Fundo Nacional do Idoso:

Com relação ainda ao item de discussão acerca do despacho da Coordenação-Geral de Acompanhamento de Programas da SNPDDH/SDH/PR, posto pertinência precípua com as atribuições desta comissão;

Surgiu uma polêmica, se a Lei do Fundo diz que a competência para gerir os recursos do Fundo é do Conselho, quem está deliberando sobre prorrogação?

Quem está recebendo o material da coordenação? Se nós temos projetos com a discussão de 2012 e 2013, então surgiram dúvidas de quem está recebendo este material?

Quem está invadindo atribuições da competência deste Conselho?

Por que foram repassadas essas informações a pessoas estranhas ao conselho? O Artigo 4º da Lei do Fundo, ela é textual: - compete ao Conselho gerir o Fundo. Então o que vem acontecendo?

Expõe que se nem Coordenadora da Comissão de Fundo tem autonomia para deliberar sobre prorrogação, pois tem que ser preparado relatório para o Conselho aprovar. Então como uma unidade administrativa do Conselho vai deliberar sua prorrogação?

Enfatiza que estão deliberando e discutindo por milhões. Afirma nunca ter recebido um saldo oficial da conta do Fundo, e faz a seguinte ponderação que não podem atribuir responsabilidade a alguém que nunca assinou nada. Fez indagações e chegou até ter notícias que estava tudo se encaminhando bem, mas não chegou a receber documento oficial.

Ressalta e lembra que todos os conselheiros tem responsabilidade sobre esta temática podendo responder ação de improbidade administrativa.

- Com base nisso a Comissão de Fundo sugere que seja encaminhado que a SDH instaure procedimento administrativo ou sindicância administrativa para apurar tais fatos

Ressalta que a questão gerir recursos é muito grave. Como Coordenadora de Fundo, em caso de algum questionamento será a primeira a ser inquirida.

- Informa que paralelamente já encaminhou uma representação sobre esse tema ao Ministério Público Federal, e irá encaminhar para todos os Conselheiros Governamentais e não Governamentais o conteúdo de sua representação.

Antônio Lídio de Mattos Zambon (MEC):

Encaminha:

- Desenhar e publicar esse fluxo mencionado, como tarefa de cumprimento do mandato. Retomar se já havia algo, criar consciência do papel de Conselheiros,

Claudia_CNDI-SDH/PR

fazer as cobranças necessárias ao bom andamento e conhecimento das questões.

Marco Antônio Juliatto (Diretor de Promoção dos Direitos Humanos – SDH):

Encaminha:

- O Conselho precisa ser acionado de outra forma e em outras ocasiões que não seja nas reuniões presenciais;
- Confeccionar fluxo do Fundo e avaliar, redefinir, estabelecer compromisso com a Coordenação do Conselho ou quem Coordena o Fundo.
- Necessidade de construir uma relação mais harmoniosa, de mais parceria, de entendimento, pois todos estão envolvidos com os mesmos objetivos de políticas públicas, de favorecer a pessoa idosa, com os conveniamentos, com recursos disponíveis do conselho, enfim, nesse seguimento.

Dr Emídio Rebelo Filho - OAB (Substituindo a Presidenta Patrícia Barcelos):

Informa a Conselheira Yélena que não tem mais *quórum* para votação, então encaminha que o Relatório dessa Comissão seja encaminhado imediatamente para a Direção do Conselho, para a Secretaria Executiva tomar as providências.

Encerrada a reunião.

Nada mais a degravar, eu Claudia Americano Dolabella encerro os apontamentos da Reunião Extraordinária, sendo considerada 71ª Reunião do CNDI – realizada em Brasília-DF, no dia 28 de agosto de 2014.

Arquivo recuperado em meio digital para compor as informações históricas do CNDI. Não há registro de que esse arquivo tenha sido assinado física ou digitalmente, ou mesmo que tenha sido aprovado pelo conselho, de modo que não se pode confirmar sua autenticidade.